



# ANÁLISE DA FORMAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA OFERECIDA NO CURSO DE PSICOLOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA

Daniela Pereira Batista de Paulo Santos<sup>1</sup>; Orientadora: Láercia Maria Bertulino de Medeiros<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: [daniela\\_psicologia@hotmail.com](mailto:daniela_psicologia@hotmail.com)

<sup>1</sup>Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: [laercia.medeiros@gmail.com](mailto:laercia.medeiros@gmail.com)

**RESUMO:** É sabido que os estudos sobre o currículo se iniciaram nos anos de 1920 nos Estados Unidos e desde então se percebe que toda a teoria sobre o currículo aborda qual tipo de conhecimento deve ser ensinado em determinada sociedade, tempo e espaço. O currículo tornou-se objeto de estudos de um corpo de especialistas que fazem parte da comunidade científica. Assim sendo, a presente pesquisa se propôs a analisar como na formação inicial do curso de psicologia da UEPB o currículo aborda as discussões sobre as necessidades educacionais especiais através de suas ementas, componentes curriculares, objetivos e leituras bibliográficas presentes nos dois projetos pedagógicos existentes (1999/2015). Tratou-se de uma pesquisa qualitativa e teve como método de procedimento a análise documental através da técnica da Análise de Conteúdo de Bardin (1987). As fontes utilizadas para a análise dos dados foram os dois PPCs do curso que possibilitaram o surgimento de três categorias com suas respectivas subcategorias, sendo a primeira categoria “apresentação” com três subcategorias: objetivo geral do curso; objetivos específicos do curso; e formação oferecida no curso. A segunda categoria foi “Perfil pretendido” com duas subcategorias: Competências gerais; habilidades. E a última categoria foi “ementas e referências” com duas subcategorias: básico específico do curso; e complementar eletivo. Percebeu-se que a temática é discutida de forma implícita nos PPCs, portanto, espera-se que os resultados desta pesquisa possam contribuir para analisar melhor a influência das políticas de educação para o ensino superior e a promoção de mais leitura e prática direcionadas as NEE.

**Palavras-chave:** Psicologia, Projeto pedagógico do curso, Necessidades educacionais especiais.

## 1- INTRODUÇÃO

Muito se tem estudado sobre o currículo, pois, sabe-se conforme Silva (2010) que os conhecimentos selecionados (que são privilegiados em detrimento de outros) influenciam, organizam e estruturam a forma de ver a realidade, além do que afetam a vida da pessoa que o seguirá. Assim sendo, currículo é questão de identidade e subjetividade e, por isso mesmo, é relação de poder e tornou-se objeto de estudos de um campo específico com um corpo de especialistas que fazem parte da comunidade científica.

Faz-se então, necessário considerar que já que o currículo é questão de poder, logo, o saber produzido por ele não é neutro e que a seleção desses saberes se dá por um grupo de pessoas com determinadas visões que silenciam outras



peças com visões diferenciadas. Todavia, o currículo não é apenas um texto escrito pronto e acabado, ele se torna um artefato de comunicação entre as pessoas que por ele serão influenciadas.

Sabendo desse inacabamento do currículo foi-se analisado o currículo de Psicologia através dos dois Projetos Pedagógicos do curso de Psicologia da UEPB (1999; 2015), do Campus I, buscando considerar as questões temporal, históricas, humanas, em que foram produzidos.

A leitura na literatura possibilitou um panorama sobre a formação em Psicologia no Brasil, de sorte que os primeiros cursos de Psicologia foram criados segundo Mello (1989) em São Paulo na USP e na PUC antes mesmo da regulamentação da profissão, assim sendo, devido à existência desses cursos houve a necessidade de regulamentar a profissão no país, o que ocorreu em 1962 através da Lei de nº 4.119/62.

Por causa disso, precisou-se fixar um currículo mínimo que garantisse uma formação homogênea em todo o país. Este currículo foi fixado pelo Parecer de nº 403/62 e apresentava os três perfis para o curso: bacharelado; formação do Psicólogo e a licenciatura. Esses currículos foram fixados pelo Governo Federal após a constituição da primeira LDB Lei nº 4.024/61 e da Lei da Reforma Universitária nº 5.540/68. Embora o discurso do governo para a fixação dos currículos mínimos nos cursos de graduação tenha sido o de homogeneização do ensino em todo o território brasileiro, vale ressaltar que estes não consideravam as realidades dos contextos locais e regionais, nem tampouco as peculiaridades das instituições formadoras.

Os currículos mínimos, no entanto, só permanecerem em existência até a criação da segunda LDB através da Lei nº 9.394/1996. A nova LDB definiu que é competência de cada IES (Instituição de Ensino Superior) fixar seus próprios currículos de modo que atenda as necessidades regionais, locais e das instituições, assim sendo, os currículos mínimos foram substituídos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais que visam modificar os sentidos e práticas desenvolvidos nas graduações, além do que não foca apenas em conteúdos e disciplinas como os currículos mínimos, mas, em competências, habilidades e conhecimentos e desempenho.

Ao que se refere às DCNs para a graduação em Psicologia é importante destacar também que os currículos mínimos feitos na época da regulamentação da profissão já não atendiam aos avanços desta profissão, pois, conforme consta no parecer Nº: CNE/CES 072/2002 a psicologia havia avançado enquanto ciência e profissão. Sobre a profissão ampliou-se as possibilidades de inserção do



psicólogo, sobretudo, na promoção, qualidade de vida e prevenção (área de saúde) e a possibilidade dos psicólogos migrarem para equipes de trabalhos multidisciplinares, uma das formas de possibilitar essa inserção foi definida nas DCNs (nº 8/04)), sobre a substituição das antigas áreas de habilitação por ênfases curriculares, pois, acredita-se que desta forma o egresso de psicologia teve uma formação generalista e está pronto para atuar.

O curso de Psicologia da UEPB foi criado em 1977 pela Resolução URNE/CONSEPE nº 27/77 e funcionava embasado nas concepções do currículo mínimo (1962). Em 1995 o Departamento de Psicologia indicou uma comissão que foi composta por professores do departamento para elaborarem um estudo com o objetivo de diagnosticar a realidade do curso, entender suas necessidades e características institucionais bem como investigar se as demandas da sociedade estavam sendo atendidas.

Após a construção do projeto político pedagógico de 1999 o departamento de psicologia da UEPB toma conhecimento das discussões sobre as DCNs (2004) para os cursos de graduação de Psicologia assim sendo uma nova comissão curricular busca construir um novo projeto pedagógico embasado na resolução 08 do CNE/CES de 07 de maio de 2004.

As discussões sobre o novo projeto iniciaram-se em 2002 e a nova reforma curricular teve como foco os componentes curriculares e suas denominações, e as horas e conteúdos destinados a cada um. Após longos oito anos de discussão (2002-2011) o departamento decide aprovar o novo projeto pedagógico (2015) com apenas o perfil de formação do psicólogo.

Isto posto, o objetivo da pesquisa foi analisar como na formação inicial do curso de psicologia da UEPB o currículo aborda as discussões sobre as necessidades educacionais especiais através de suas ementas e leituras bibliográficas, componentes curriculares, objetivos, metodologias e discussões presentes nos dois projetos pedagógicos existentes (1999/2015).

## **2- METODOLOGIA**

Ao se propor a analisar como na formação inicial do curso de psicologia da UEPB o currículo aborda as discussões sobre as necessidades educacionais especiais através de suas ementas, componentes curriculares, objetivos, metodologias, leituras e discussões presentes nos dois projetos políticos pedagógicos existentes (1999/2015) optou-se por uma metodologia de abordagem qualitativa e teve como método de procedimento a análise documental. As fontes documentais utilizadas foram: O Projeto político pedagógico (1999) e o Projeto pedagógico do curso (2015).



A técnica de análise de dados utilizada foi à análise de conteúdo de Bardin (2009) A análise de conteúdo possibilita perceber o que está nas entrelinhas, sobretudo, nos documentos, o discurso latente, a reflexão, a criticidade e os questionamentos, desvelando o discurso oculto.

As etapas para análise foram: a pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. Na primeira etapa também chamada de pré-análise realizou-se a organização do material (os dois PPCs- 1999/2015) que constituía o *corpus* da pesquisa e da análise, realizou-se também a leitura flutuante. A segunda etapa foi à descrição analítica que só foi possível depois de muitas leituras no material (exploração do material) até que se apropriasse do seu discurso e permitisse selecionar as categorias significativas (tratamento dos resultados- as categorias foram dadas à priori, ou seja, foram extraídas do próprio material- PPCs).

A terceira fase foi à interpretação inferencial que esteve em todo o tempo interligada com a literatura e os PPCs existentes para que fosse possível atender aos objetivos da pesquisa e sempre considerando o contexto da UEPB.

### **3- RESULTADOS E DISCUSSÕES**

A comparação entre os dois PPCs do curso se fez necessária para que pudéssemos analisar o que ambos discutiam sobre NEE e se houveram mudanças e quais. Assim, segue abaixo o que se encontrou como relevante para a pesquisa.

#### **Categoria 1: Apresentação**

##### **Subcategoria 1: Objetivo geral do curso**

“[...] formar professores de Psicologia para atender às necessidades do ensino nos níveis de 2º e 3º<sup>1</sup> graus e formar psicólogos para atuar nas áreas de Psicologia clínica, escolar, organizacional e social” (PPC1).

“[...] proporcionar uma sólida formação generalista em Psicologia, mediante a socialização de sua produção teórica e prática junto ao desenvolvimento educacional e sócio-cultural da Região Nordeste, particularmente do Estado da Paraíba” (PPC2).

Considerando as necessidades sociais, políticas, culturais e acadêmicas do Estado da Paraíba cogita-se que as discussões sobre as Necessidades Educacionais especiais sempre estiveram presentes nos currículos de Psicologia no Brasil, e, portanto, também no de Psicologia da UEPB.

##### **Subcategoria 2- Objetivos específicos do curso**

**PPC1:** 1) Proporcionar uma formação acadêmica que privilegie a construção da capacidade de

---

<sup>1</sup> Termo utilizado na época considera-se o que hoje se denomina de ensino fundamental I e II e ensino médio.  
contato@coprecis.com.br



problematizar e procurar soluções para as questões emergentes da sociedade brasileira, à luz da Psicologia; 2) Implantar programas de extensão [...] proporcionar a formação de um profissional qualificado para atender às necessidades da sociedade.

**PPC2:** 1) Proporcionar uma formação que habilite o profissional para intervir em diversos espaços da vida social, de acordo com as políticas públicas; 2) Desenvolver competências para compreender, analisar e intervir, reflexiva e criticamente, nos fenômenos psicossociais fundamentais à promoção da saúde e da cidadania;

Observou-se que das diretrizes nacionais que orientaram o PPC1 (1962; 1999) para as que orientaram o PPC2 (2001; 2002; 2004; 2011) os objetivos específicos dos cursos continuaram muito próximos. O objetivo 2 do PPC1 traz a importância da extensão, e por isso, se faz imprescindível considerar que ela permite uma via de mão dupla entre a Universidade e a comunidade onde aquela intervém e ambas são ativas nessa relação. Ainda segundo Melo Neto (2001) a extensão universitária possibilita a relação teoria-prática, pois, a Universidade se responsabiliza pela teoria e a comunidade lhe permite a execução da prática.

Os objetivos dos PPCs que se repetiam (e que não foram assinalados aqui) também assinalavam para a importância da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, sobre a relação da comunidade e universidade. Assim sendo, é importante questiona-se o que tem sido discutido nesse tripé na formação inicial sobre as NEE? O que os projetos de pesquisa e extensão, e os professores através do ensino dos componentes curriculares têm discutido sobre as NEE?

### **Subcategoria 3: Formação oferecida no curso**

PPC1: “Formação generalista [...] que possibilitem a atuação do psicólogo nas diversas áreas da Psicologia, tais como: área clínica, organizacional, educacional e social-comunitária”.

PPC2: “[...] faz-se necessária uma formação generalista e interdisciplinar que proporcione ao egresso a condição de organizar, desenvolver e liderar políticas e atividades que extrapolem a prática liberal e individual.

A formação oferecida no PPC1 é embasada em uma prática liberal e individual e o foco de atuação concentrava-se nas áreas consideradas tradicionais e consolidadas, no entanto, novos campos de inserção para o profissional da psicologia foram surgindo, sobretudo no campo das políticas públicas que desde a década de 1990 vem se ampliando, como por exemplo, as políticas de saúde (SUS) de assistência social (SUAS, CREAS CRAS, CAPS dentre outras) e as políticas educacionais. Isto sinaliza que teoricamente quando se trata de novos campos de



atuação há uma ressignificação teórico-prática dos componentes curriculares.

### **Categoria 2: Perfil pretendido**

Os perfis pretendidos constituíram-se em uma categoria, pois, mudam as competências e habilidades com base nas perspectivas de áreas (PPC1) e de ênfase (PPC2).

#### **Subcategoria 1: Competências gerais**

<b>Perfil profissional (PPC1)</b>	<b>Competências (PPC1)</b>	<b>Perfil do egresso (PPC2)</b>	<b>Competências (PPC2)</b>
Formação generalista fundamentada na análise e produção do conhecimento da psicologia	<u>Compreender o indivíduo como um ser biológico, psíquico, histórico e social;</u>	Profissionais capacitados a desempenhar ações de promoção à saúde, de forma ética, crítica e comprometida com as demandas sociais;	<b>Atenção à saúde:</b> <u>os profissionais devem estar aptos a desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial, tanto em nível individual quanto coletivo. [...]</u>
<u>Conhecimento epistemológico, postura ética e postura crítica;</u>	<u>Inserir-se no contexto social e intervir de acordo com a demanda (necessidade da população);</u>	Profissionais qualificados, autônomos, comprometidos com a formação permanente e com a produção do conhecimento em diferentes contextos;	<b>Educação permanente:</b> <u>os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática, e de ter responsabilidade e compromisso com a sua educação e o treinamento das futuras gerações de profissionais [...]</u>
<u>Formação de caráter interdisciplinar voltada à ação multiprofissional;</u>	<u>Assumir uma postura crítica e ética, fundamentada na consciência do compromisso político-social.</u>	<u>Profissionais aptos para o trabalho em equipe interdisciplinar e em gestão de projetos;</u>	
<u>Formação teórico-prática vinculada à pesquisa e a extensão.</u>			



Considerou-se imprescindível conceituar o termo “competências” entendendo como algo que pertence à dimensão prática, que indica aptidão e capacidade de fazer algo. É no PPC2 que a relação teoria-prática parece ser mais evidenciada nas frases: “ações de promoção à saúde [...] e comprometida com as demandas sociais”; “[...] ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde psicológica e psicossocial[...]”; “[...] os profissionais devem ser capazes de aprender continuamente, tanto na sua formação, quanto na sua prática[...]”.

### **Subcategoria (2): Habilidades**

<b>Habilidades por área (PPC1)</b>	<b>Habilidades por ênfases (PPC2)</b>
<b><u>Área clínica:</u></b> - <u>Desenvolver a habilidade para a escuta psicológica;</u>	<b><u>Ênfase 1: Saúde, Políticas Públicas e Qualidade de Vida:</u></b> - <u>Compreender os determinantes do processo saúde/doença;</u> - <u>Refletir criticamente sobre as políticas públicas vigentes no contexto da promoção da saúde;</u> - <u>Entender os princípios norteadores do SUS que dão sustentação a prática dos diversos profissionais [...]</u> - <u>Atuar multi e interdisciplinarmente nos aspectos inerentes à promoção e/ou prevenção da saúde e à qualidade de vida; - Saber utilizar os recursos teóricos e metodológicos de intervenção clínica [...]</u> - <u>Promover ações que possibilitem a humanização das relações interpessoais;</u>



<p><b>Área educacional:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- <u>Organizar, analisar e intervir nos processos individuais e grupais</u> referenciado pela Psicologia Educacional;</li><li>- <u>Elaborar e desenvolver programas educacionais;</u></li><li>- <u>Identificar necessidades educacionais;</u></li><li>- <u>Trabalhar com diferentes profissionais numa perspectiva interdisciplinar;</u></li><li>- <u>Contextualizar o fenômeno educacional do ponto de vista histórico, político e social.</u></li></ul>	<p><b>Ênfase 2: Desenvolvimento Humano e Processos Educativos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- <u>Refletir criticamente sobre as políticas públicas educacionais;</u></li><li>- <u>Conhecer a condição humana, nas diferentes fases da vida, considerando características psíquicas, culturais, sociais, históricas e biológicas;</u></li><li>- <u>Compreender a inter-relação entre teorias, métodos e processos educativos;</u></li><li>- <u>Conhecer as diversas práticas educativas e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem;</u></li><li>- <u>Realizar discussões e implementar ações com base na proposta da educação popular;</u></li></ul>
<p><b>Área organizacional:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- <u>Lidar com tecnologia e informática;</u></li></ul>	<p><b>Ênfase 3: Gestão com Pessoas, Processos Subjetivos e Intersubjetivos no Mundo do Trabalho:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Utilizar teorias e métodos da Psicologia Organizacional e do Trabalho para planejar e desenvolver os processos de gestão do trabalho visando <u>à promoção da saúde e à qualidade de vida;</u></li></ul>
<p><b>Área social:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- <u>Desenvolver a capacidade de intervir na comunidade a partir das demandas sociais apresentadas;</u></li><li>- <u>Trabalhar em equipe multiprofissional;</u></li><li>- <u>Elaborar projetos de pesquisa e coordenar programas sociais;</u></li><li>- <u>Trabalhar em lideranças oriundas da própria comunidade;</u></li><li>- Utilizar recursos técnicos científicos que possibilitem a formação e a livre expressão de <u>identidades sociais;</u></li><li>- <u>Compreender o indivíduo como síntese das relações sociais.</u></li></ul>	<p><b>Ênfase 4: Políticas Públicas, Relações Comunitárias e Cidadania:</b></p> <ul style="list-style-type: none"><li>- <u>Realizar discussões e implementar ações com base numa fundamentação teórico-metodológica interdisciplinar;</u></li><li>- <u>Compreender a realidade social considerando as relações sociais de classe e de gênero;</u></li><li>- Articular e refletir criticamente sobre os fenômenos sociais baseado em um contexto histórico, social e econômico, tendo em vista a <u>inclusão social e a cidadania.</u></li></ul>

Como já assinalado o PPC1 se embasa em áreas e o PPC2 em ênfases que objetivam não delimitar uma





área, mas, sim um campo de atuação, pois, possibilita uma articulação com diferentes áreas, isto configura uma formação generalista. No capítulo 10 da resolução nº5/2011 considera-se que as ênfases foram elaboradas para que seja possível dar conta da diversidade de orientações teórico-metodológicas, práticas e contextos de inserção profissional da psicologia.

Considerando essas habilidades que precisam ser desenvolvidas questiona-se: Como os alunos estagiários da clínica-escola de psicologia, independentemente da abordagem teórica, têm sido preparados para atender, fazer escuta e psicoterapia com pessoas com NEE (Necessidades educacionais especiais)? Como compreendem o que essas pessoas lhe trazem de demanda?

Sobre uma das habilidades da ênfase 1 questiona-se: Como as políticas públicas de saúde têm atendido essas pessoas principalmente sobre ao que se refere a sua qualidade de vida, prevenção e promoção de saúde?

Sobre a área escolar/educacional que está relacionada com a ênfase 2 indaga-se: Como estão sendo desenvolvidas habilidades para se trabalhar em equipes multidisciplinares, especificamente que trabalham com as NEE nas escolas? Quais programas/projetos têm sido desenvolvidos pela as instituições educacionais e os psicólogos escolares/educacionais tem participado e fomentado discussões? Em que o psicólogo/estagiário escolar educacional tem contribuído através de sua formação a estes projetos e programas? As políticas públicas educacionais têm sido refletidas?

Na área social correlata da ênfase 3: O psicólogo social ou estagiário têm conseguido dialogar com representantes da comunidade e feito levantamento das NEE desta comunidade? Como são trabalhadas as relações de gênero, classe, poder, identidade, sobretudo, quando dizem respeito às NEE? O que o psicólogo/estagiário tem levado para contribuir? As necessidades educacionais especiais têm sido refletidas em suas dimensões: histórica, social, temporal e cultural nesta comunidade?

Por fim a área organizacional relacionada à ênfase 4 questiona-se: Como o departamento de psicologia prepara o estudante teórico-praticamente para lidar com tecnologia e informática? Pois, sabe-se que esses recursos muito têm contribuído para o auxílio as NEE.

### **Categoria 3: ementas e referências**

As ementas estão divididas em atividades que compõe núcleos (básico comum, básico específico e complementar eletivo). Todavia, pela necessidade de atendermos as normas do artigo para este congresso, focou-se apenas em dois componentes curriculares por acreditar-se que impreterivelmente discutem sobre as NEE, são



eles: Psicologia e políticas públicas (núcleo básico específico do curso) e Psicologia, educação e inclusão (núcleo complementar eletivo). As Atividades do núcleo básico específico do curso têm como objetivo desenvolver as competências e habilidades específicas em cada área quando se refere ao PPC1 e das ênfases no caso do PPC2. E as atividades do complementar eletivo são oferecidas com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento das habilidades do básico específico e, portanto, conforme consta no PPC2 devem ser escolhidos de acordo com as ênfases de interesse.

### **Psicologia e políticas públicas- núcleo básico específico do curso**

- BRIZOLA, A. L. C.; ZANELLA, A. V.; GESSER, M. (Orgs.). *Práticas Sociais, Políticas Públicas e Direitos Humanos*. Florianópolis: ABRAPSO/Edições do Bosque - NUPPE/CFH/UFSC, 2013;
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Psicologia e direitos humanos: desafios contemporâneos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- CRUZ, L. R.; GUARESCHI, N. (Orgs.) *Políticas públicas e assistência social: diálogo com as práticas psicológicas*, Petrópolis: Vozes, 2009;
- CRUZ, L.R. da; GUARESCHI, N. (Orgs.). *O psicólogo e as políticas públicas de assistência social*. Petrópolis: Vozes, 2012;
- MANCEBO, D. et al. *Psicologia e direitos humanos: subjetividade e exclusão*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.
- -MAYORGA, C.; PRADO, M. A. M. *Psicologia Social: articulando saberes e fazeres*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- -GONÇALVES, M. G. M. *Psicologia, subjetividade e políticas públicas*. São Paulo: Cortez Editora, 2010.
- -RIZZINI, I. et al. *A efetivação de políticas públicas no Brasil: o caso das políticas públicas para crianças e adolescentes em situação de rua*. Rio de Janeiro: CIESPI/PUC-Rio. Apoio: Oak Foundation, 2011.

### **Psicologia, educação e inclusão- núcleo complementar eletivo**

- -ABENHAIM, E. Os caminhos da inclusão: breve histórico. In: *Conselho Federal de Psicologia. Psicologia e direitos humanos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005;
- -AMARAL, L. A. *Diferenças, estigma e preconceito: o desafio da inclusão*. In: OLIVEIRA, M. K.; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. (Orgs.). *Psicologia, educação e*



*as temáticas da vida contemporânea*. São Paulo: Moderna, 2002;

- -BAHR, F. S. F.; SOUZA M. P. R. Buscando compreender as políticas públicas em educação: contribuições da psicologia escolar e da psicologia histórico-cultural. In: MEIRA, M. E. M.; FACCI, M. G. D. (Org.). *Psicologia histórico-cultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007;
- -BARROCO, S. M. S. Psicologia e Educação: da inclusão e exclusão ou da exceção e da regra. In: MEIRA, M. E. M.; FACCI, M. G. D. (Org.). *Psicologia históricocultural: contribuições para o encontro entre a subjetividade e educação*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007;
- -BECKER, H. S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- -DIMENSTEIN, G. *O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil*. 22ª ed. São Paulo: Ática, 2009.
- -GUZZO, R. S. (Org.) *Psicologia escolar: LDB hoje*. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.
- SAWAIA, B. (Org.). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da 112 desigualdade social*. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

#### **4- CONCLUSÕES**

O curso de Psicologia assim como os demais cursos da UEPB está a serviço do desenvolvimento da Região Nordeste, sobretudo, ao Estado da Paraíba, desse modo considera-se que este busque atender as demandas sociais, políticas, culturais e acadêmicas desse Estado em cada momento histórico. O curso de psicologia desde sua criação em 1977 busca dia após dia seguir as políticas educacionais que se referem ao ensino superior. Por saber que o currículo é um artefato de comunicação tomou-os como base para analisar sobre como estes discutiram e em que momento discutiu sobre as necessidades educacionais especiais, sabendo que a princípio as políticas públicas não eram alvo de discussões, contudo, acredita-se que essa temática era abordada no que se chamava de Psicologia do excepcional.

Espera-se que os resultados oriundos da pesquisa possam contribuir para analisar melhor a influência das políticas de educação para o ensino superior e para a promoção de mais leitura e prática direcionadas as necessidades educacionais especiais visto que os resultados demonstraram ser as discussões ainda implícitas.

#### **5- REFERÊNCIAS**



BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRASIL. Lei nº 4.024/ de 20 de dezembro de 1961. Lei de diretrizes e bases da educação nacional- LDB (1961); disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-pl.html>> acesso em: 22 de julho de 2017;

BRASIL. *Lei nº 4.119 CFE de 27 de agosto de 1962*. Regulamentação da profissão de psicólogo. Brasília: DF, 1962;

BRASIL. MEC/CNE Parecer n 403/62 do CFE, aprovado em 19/12/62. **Recuperado em março**, v. 18, p. 2015, 1962;

BRASIL. Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968 (A reforma universitária). Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média e dá outras providências; disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-norma-pl.html>> acesso em: 22 de julho de 2017;

BRASIL. *Lei nº 9.394, MEC/CNE, de 20 de dezembro de 1996*. Lei de Diretrizes e Bases da Educação;

BRASIL. Ministério da educação Retificação do Parecer CNE/CES de 1.314/2001 relativo às Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. **PARECER Nº: CNE/CES 072/2002**;

BRASIL. *Resolução nº 08/04, CNE/CES, de 07 de maio de 2004*. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Brasília: DF, 2004

BRASIL. Resolução nº5/2011, CNE/CES, de 15 de março de 2011. *Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia, estabelecendo normas para o projeto pedagógico complementar para a Formação de Professores de Psicologia*.

MELLO, S. L. de. Currículo: quais mudanças ocorreram desde 1962? *Revista Psicologia: ciência e profissão*, [s. l.], v. 9, n.1, Brasília, 1989;

MELO NETO, J. F. de. **Extensão universitária: uma análise crítica**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001;

RESOLUÇÃO/URNe/CONSEPE/027/77. Sobre criação do curso de Psicologia da Universidade Estadual da Paraíba

SILVA, T.T. DA. **Documentos de identidade: Uma introdução às teorias do currículo**. 3º Ed, Belo Horizonte; Autêntica, 156 p; 2010;

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA. *Projeto de reformulação dos cursos: formação em Psicologia e Licenciatura em Psicologia*. Campina Grande, 1999.